

Sumário

NOTAS INTRODUTÓRIAS.....	31
1. CONCEITO.....	31
2. FINALIDADE	32
3. CARACTERÍSTICAS	32
4. PROCESSO PENAL E DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	33
4.1. Uso de algemas	35
5. NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E A SUA APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA AO PROCESSO PENAL.....	36
6. QUESTÃO.....	37
 2. LEI PROCESSUAL PENAL.....	39
1. FONTES.....	39
2. EFICÁCIA	40
2.1. Lei processual no tempo	40
2.2. Lei processual no espaço	42
3. INTERPRETAÇÃO	44
4. ANALOGIA	45
5. IMUNIDADES.....	45
6. QUESTÕES	52
 3. SISTEMAS PROCESSUAIS.....	55
1. ESPÉCIES.....	55
1.1. Sistema Inquisitivo	55
1.2. Sistema Acusatório	57
1.3. Sistema Misto.....	59
2. QUESTÕES	60
 4. PRINCÍPIOS DO PROCESSO PENAL	61
1. DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA.....	61

1.1.	Execução provisória da pena e a decisão do STF	63
1.2.	Execução provisória da pena restritiva de direitos e a posição do STJ	70
2.	PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO	71
3.	PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE.....	71
4.	PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL	73
5.	PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL	74
6.	PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE OU RAZOABILIDADE.....	75
7.	PRINCÍPIO DA AMPLA DEFESA.....	76
8.	PRINCÍPIO DA INICIATIVA DAS PARTES	77
9.	PRINCÍPIO DA OFICIALIDADE	77
10.	PRINCÍPIO DA OFICIOSIDADE	78
11.	QUESTÕES	78
5.	INQUÉRITO POLICIAL	81
1.	CONCEITO.....	81
2.	FINALIDADE	83
3.	NATUREZA JURÍDICA (VALOR PROBATÓRIO E VÍCIOS)	84
4.	ATRIBUIÇÃO DA POLÍCIA JUDICIÁRIA (ARTIGOS 4º E 22 DO CPP).....	85
4.1.	Aspectos iniciais.....	85
4.2.	Atribuição em razão do lugar.....	86
4.3.	Atribuição em razão da matéria.....	86
4.4.	Atribuição em razão da pessoa.....	86
4.5.	Outras investigações criminais	86
4.6.	Investigações criminais contra autoridades com prerrogativa de foro.....	87
4.7.	Controle externo da atividade policial.....	89
4.8.	Investigação criminal promovida pelo Ministério Público	89
4.9.	Polícia Judiciária e Polícia Administrativa	94
5.	INÍCIO DO INQUÉRITO POLICIAL (ART. 5º DO CPP)	98
5.1.	Ação Penal.....	98
5.2.	Requisição	99
5.3.	Negativa de cumprimento à requisição.....	99
5.4.	Requerimento	100
5.5.	Negativa de instauração de inquérito em razão do requerimento da vítima.....	101
5.6.	Representação	101
5.7.	Instauração de inquérito policial sem representação.....	102
5.8.	<i>Notitia Criminis</i>	102
5.9.	<i>Delatio Criminis</i>	103

5.10.	E a delação anônima?	104
5.11.	Ação Penal Pública Incondicionada (art. 5º, incisos I e II, §§ 1º, 2º e 3º, CPP).....	106
5.11.1.	De ofício (art. 5º, inc. I, CPP)	106
5.11.2.	Por auto de prisão em flagrante (art. 302, CPP)	106
5.11.3.	Por requisição da autoridade Judiciária ou do Promotor de Justiça (art. 5º, inc. II, CPP)	107
5.11.4.	Por requerimento da vítima ou de quem tiver qualidade para representá-la (art. 5º, inc. II, <i>in fine</i> , CPP)	107
5.12.	Ação Penal Pública Condicionada	107
5.12.1.	Mediante representação do ofendido ou de seu representante legal (art. 5º, § 4º, CPP)	107
5.12.2.	Mediante requisição do Ministro da Justiça.....	107
5.13.	Ação Penal Privada (art. 5º, § 5º, CPP).....	108
6.	CARACTERÍSTICAS DO INQUÉRITO POLICIAL.....	108
6.1.	Inquisitivo.....	108
6.2.	Discrecionalidade.....	109
6.3.	Oficiosidade	109
6.4.	Autoritariedade.....	110
6.4.1.	Detetive particular.....	110
6.5.	Oficialidade	110
6.6.	Escrito	111
6.7.	Sigiloso	111
6.8.	Indisponibilidade	112
6.9.	Dispensabilidade	113
6.10.	Incomunicabilidade (art. 21, CPP).....	113
7.	PRINCIPAIS DILIGÊNCIAS (ART. 6º DO CPP).....	114
7.1.	Procedimento da Autoridade Policial.....	114
7.1.1.	Dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado de conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais	115
7.1.2.	Apreender os objetos que tiverem relação com o fato.....	116
7.1.3.	Colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias.....	117
7.1.4.	Ouvir o ofendido	118
7.1.4.1.	Oitiva de criança e adolescente	118
7.1.4.2.	Oitiva de mulher em situação de violência doméstica e familiar ou de testemunha de violência doméstica.....	121
7.1.5.	Ouvir o indiciado.....	122
7.1.5.1.	E se o investigado negar-se a fornecer os dados de sua qualificação à Autoridade Policial?...	123
7.1.5.2.	E se o investigado fornece dados falsos?.....	123

7.1.6.	Proceder a reconhecimento de pessoas e coisas e a aca- reação	124
7.1.7.	Determinar, se for o caso, que se proceda a exame de corpo de delito e quaisquer outras perícias.....	125
7.1.8.	Ordenar a identificação do indiciado pelo processo da- tiloscópico, se possível, e fazer juntar aos autos sua fo- lha de antecedentes	127
7.1.8.1.	Identificação Civil Nacional (ICN)	130
7.1.9.	Averiguar a vida pregressa do indiciado.....	132
7.1.10.	Colher informações sobre a existência de filhos, res- pectivas idades e se possuem alguma deficiência.....	132
7.1.11.	Poder requisitório do Delegado de Polícia na Lei de Tráfico de Pessoas.....	133
7.1.11.1.	Requisição de dados e informações cadas- trais da vítima e ou de suspeitos no tráfico de pessoas.....	133
7.1.11.2.	Requisição de sinais e informações de tele- comunicações e/ou telemática com o intuito de localização da vítima e ou de suspeitos	134
7.1.12.	Infiltração de agentes de polícia na internet para in- vestigar crimes contra a dignidade sexual de criança e adolescente.....	135
8.	RECONSTITUIÇÃO DO CRIME.....	137
9.	PRAZOS (ART. 10 DO CPP)	138
9.1.	Prazo para a conclusão do inquérito	138
9.2.	Contagens dos prazos.....	139
9.3.	Prazos especiais.....	140
9.4.	Cômputo do período de prisão temporária	140
9.5.	Prisão preventiva decretada durante o inquérito.....	141
10.	RELATÓRIO E INDICIAMENTO (ART. 9º, §§ 1º E 2º DO ART. 10, ART. 11 E ART. 12 DO CPP)	142
10.1.	Relatório.....	142
10.2.	O indiciado como objeto de investigação.....	144
10.3.	Indiciamento e constrangimento ilegal	144
10.4.	Indiciamento Privativo	146
10.5.	Desindiciamento.....	146
10.6.	Indiciamento após o recebimento da denúncia	147
11.	ARQUIVAMENTO (ARTIGOS 17 E 18 DO CPP).....	147
11.1.	Arquivamento do inquérito e outras providências	147
11.2.	Controle do arquivamento do inquérito policial e de peças de in- formação	148
11.3.	Hipóteses que autorizam o pedido de arquivamento	148

11.4.	Arquivamento nas hipóteses de competência originária	150
11.5.	Sistema recursal.....	150
11.6.	Decisão judicial de arquivamento e coisa julgada.....	151
11.7.	Arquivamento em crime de ação penal privada	153
11.8.	Prosseguimento das investigações após o encerramento do in- quérito.....	153
11.9.	Arquivamento implícito	154
11.10.	Arquivamento indireto	155
12.	DEVOLUÇÃO PARA NOVAS DILIGÊNCIAS (ART. 16 DO CPP)	156
13.	INDEFERIMENTO DE NOVAS DILIGÊNCIAS REQUERIDAS PELO MINIS- TÉRIO PÚBLICO.....	156
14.	INFORMAÇÕES E REQUERIMENTOS DE DILIGÊNCIAS.....	157
15.	COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL.....	157
16.	LEI 13.245/16 E O ACESSO À INVESTIGAÇÃO PELO ADVOGADO	158
16.1.	Qualquer instituição responsável por conduzir a investigação	160
16.2.	Advogado sem procuração.....	160
16.3.	Advogado da vítima ou testemunha.....	161
16.4.	Investigações de qualquer natureza	164
16.5.	Meio físico ou digital.....	164
16.6.	Retirada dos autos	164
16.7.	Fornecimento de cópias	167
16.8.	Diligências em andamento.....	168
16.9.	Nulidade e contraditório.....	169
16.10.	Responsabilidade	170
17.	QUESTÕES	170
6.	AÇÃO PENAL.....	181
1.	CONCEITO E FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL.....	181
2.	CARACTERÍSTICAS DO DIREITO DE AÇÃO	181
3.	ESPÉCIES NO DIREITO BRASILEIRO.....	182
4.	PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS.....	182
5.	CONDIÇÕES GENÉRICAS	184
5.1.	Condições da ação e o regramento dado pelo novo CPC.....	189
6.	CONDIÇÕES ESPECÍFICAS	190
6.1.	Condições de procedibilidade.....	190
6.2.	Condições de prosseguibilidade	191
6.3.	Condições objetivas de punibilidade	191
7.	MOMENTO DA APRECIACÃO JUDICIAL E EFEITOS DA DECISÃO	192
8.	AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA.....	193
8.1.	Princípio da obrigatoriedade	194

8.2.	Princípio da indisponibilidade	195
8.3.	Princípio da oficialidade.....	195
8.4.	Princípio da autoritariedade	196
8.5.	Princípio da oficiosidade.....	196
8.6.	Princípio da indivisibilidade ou da divisibilidade.....	196
8.7.	Princípio da pessoalidade ou da intranscendência	197
8.8.	Princípio do promotor natural	197
8.9.	Acordo de não persecução penal	198
9.	AÇÃO PENAL PÚBLICA CONDICIONADA	202
9.1.	Representação do ofendido	203
9.1.1.	Formalidade.....	203
9.1.2.	Destinatários	203
9.1.3.	Titularidade	204
9.1.4.	Prazo	204
9.1.5.	Retratação.....	205
9.2.	Requisição do Ministro da Justiça	205
9.2.1.	Destinatário.....	206
9.2.2.	Prazo	206
9.2.3.	Retratação.....	206
9.3.	Vinculação do Ministério Público e eficácia objetiva.....	206
10.	AÇÃO PENAL PRIVADA.....	207
10.1.	Princípios	207
10.1.1.	Princípio da oportunidade ou da conveniência.....	208
10.1.2.	Princípio da disponibilidade.....	210
10.1.3.	Princípio da indivisibilidade.....	213
10.2.	Ação penal privada exclusiva ou propriamente dita	214
10.3.	Ação penal privada personalíssima.....	214
10.4.	Ação penal privada subsidiária da pública.....	215
11.	PRAZOS	216
12.	AÇÃO CIVIL <i>EX DELICTO</i>	218
12.1.	Conceito.....	218
12.2.	Legitimidade.....	219
12.3.	Suspensão do curso da ação civil.....	220
12.4.	Sistemas de apreciação	220
12.5.	Efeitos da sentença penal	221
13.	QUESTÕES	224
7.	JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA	231
1.	CONCEITO E CARACTERÍSTICAS DA JURISDIÇÃO	231
2.	PRINCÍPIOS	232

3. CONCEITO DE COMPETÊNCIA.....	233
4. CRITÉRIOS PARA A DETERMINAÇÃO DA COMPETÊNCIA.....	233
4.1. Competência material	234
4.1.1. <i>Ratione loci</i> (em razão do lugar, do território, territorial)	234
4.1.2. <i>Ratione materiae</i> (em razão da matéria).....	234
4.1.3. <i>Ratione personae</i>	234
4.2. Competência funcional	234
4.2.1. Conforme a fase do processo.....	235
4.2.2. Quanto ao objeto do juízo	235
4.2.3. Distribuição vertical ou grau de jurisdição	235
5. COMPETÊNCIA ABSOLUTA E COMPETÊNCIA RELATIVA	236
6. COMPETÊNCIA TERRITORIAL.....	236
6.1. Questões jurisprudências pertinentes.....	239
6.1.1. Homicídio com resultado morte em local diverso dos atos executórios (crime plurilocal).....	239
6.1.2. Estelionato na modalidade emissão dolosa de cheque sem provisão de fundos.....	239
6.2. Domicílio ou residência do réu.....	239
7. COMPETÊNCIA EM RAZÃO DA MATÉRIA.....	240
7.1. Justiça Comum Estadual.....	241
7.1.1. Tribunal do Júri	241
7.1.2. Juizados Especiais	242
7.2. Justiça Comum Federal	242
7.2.1. Tribunal do Júri Federal	249
7.2.2. Juizados Especiais Federais	249
7.2.3. Ato infracional	249
7.2.4. Súmulas pertinentes.....	250
7.3. Justiça Militar.....	251
7.3.1. Questões diversas:	252
7.3.2. Alteração promovida pela Lei 13.491/17	253
7.4. Justiça Eleitoral	256
7.5. Justiça do Trabalho.....	257
7.6. Justiça Política.....	257
7.7. Tribunal Penal Internacional	258
8. COMPETÊNCIA POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO.....	259
8.1. Crime doloso contra a vida e prerrogativa da função	260
8.2. Cessação da função e foro prevalente	261
9. PREVENÇÃO.....	266
10. DISTRIBUIÇÃO	268

11. CONEXÃO E CONTINÊNCIA.....	268
11.1. Conexão	268
11.1.1. Conexão intersubjetiva	269
11.1.2. Conexão objetiva (lógica/teleológica/material ou finalista).....	269
11.1.3. Instrumental (probatória).....	270
11.2. Continência	270
12. FORO PREVALENTE	271
13. SEPARAÇÃO DOS PROCESSOS	273
14. PERPETUAÇÃO DA JURISDIÇÃO EM CASOS DE CONEXÃO E CONTINÊNCIA....	274
15. AVOCACÃO	275
16. QUESTÕES	275
 8. QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES.....	285
1. QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES.....	285
2. QUESTÕES PREJUDICIAIS.....	286
2.1. Quanto ao mérito ou natureza da questão	286
2.2. Quanto ao efeito.....	286
2.3. Quanto ao juízo competente para resolver a questão prejudicial....	288
2.4. Procedimento.....	288
3. PROCESSOS INCIDENTES.....	289
3.1. Exceções	289
3.1.1. Exceção de suspeição.....	290
3.1.1.1. Hipóteses.....	290
3.1.1.2. Partes	291
3.1.1.3. Momento da arguição	291
3.1.1.4. Procedimento.....	292
3.1.2. Exceção de incompetência.....	293
3.1.3. Exceção de litispendência	295
3.1.4. Exceção de ilegitimidade de parte.....	295
3.1.5. Exceção de coisa julgada	296
3.2. Incompatibilidades e impedimentos	297
3.3. Conflitos de jurisdição.....	298
3.4. Restituição de coisas apreendidas.....	300
3.4.1. Formas de apreensão durante investigação criminal.....	300
3.4.2. Objetos passíveis de apreensão.....	301
3.4.3. Objetivos da apreensão.....	302
3.4.4. Restrições em relação à restituição de coisas apreendidas	303
3.4.5. Procedimento	303

3.4.5.1.	Restituição mediante termo nos próprios autos.....	303
3.4.5.2.	Processo incidente de restituição de coisas apreendidas em autos apartados	304
3.4.6.	Oitiva do Ministério Público	304
3.4.7.	Destinação dos bens	305
3.4.8.	Recursos	305
3.5.	Das Medidas Assecuratórias.....	305
3.5.1.	Sequestro	306
3.5.1.1.	Requisito	306
3.5.1.2.	Procedimento.....	307
3.5.1.3.	Levantamento.....	307
3.5.1.4.	Recursos	308
3.5.2.	Hipoteca.....	308
3.5.2.1.	Procedimento.....	308
3.5.2.2.	Levantamento.....	309
3.5.2.3.	Recursos	310
3.5.3.	Arresto.....	310
3.5.3.1.	Procedimento.....	310
3.5.3.2.	Levantamento.....	311
3.5.3.3.	Recursos	311
3.6.	Alienação antecipada.....	311
3.7.	Incidente de falsidade	313
3.8.	Incidente de insanidade mental.....	315
3.8.1.	Efeitos do laudo pericial	315
3.8.2.	Insanidade mental no curso da execução penal.....	317
4.	QUESTÕES	317
9.	PROVAS.....	325
1.	CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA	325
2.	FINALIDADE	325
3.	OBJETO.....	325
4.	DESTINATÁRIOS.....	326
5.	CLASSIFICAÇÃO	326
6.	MEIOS DE PROVA	328
6.1.	Princípio da busca da verdade real	328
6.2.	Provas ilícitas.....	329
6.2.1.	Teorias adotadas pelo CPP	330
6.2.1.1.	Teoria da inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos.....	330

6.2.1.2.	Teoria dos frutos da árvore envenenada (fruit of the poisonous tree doctrine).....	331
6.2.1.3.	Teoria (doutrina) da limitação da fonte independente (independent source limitation)	331
6.2.1.4.	Teoria (doutrina) da limitação da descoberta inevitável (inevitable discovery limitation).....	332
6.2.2.	Princípio da proporcionalidade	334
6.2.3.	Desentranhamento e inutilização da prova ilícita.....	335
6.2.4.	Interceptação telefônica (Lei 9.296/96)	335
6.2.4.1.	Conceito.....	336
6.2.4.2.	Requisitos	339
6.2.4.3.	Procedimento.....	340
7.	SISTEMAS DE APRECIÇÃO.....	341
7.1.	Sistema da certeza legislativa ou da prova tarifada.....	341
7.2.	Sistema da certeza judicial ou da íntima convicção	342
7.3.	Sistema do livre convencimento motivado ou da persuasão racional...	342
8.	ÔNUS DA PROVA.....	342
8.1.	Iniciativa probatória do juiz	343
9.	PRINCÍPIOS	345
9.1.	Princípio da autorresponsabilidade das partes.....	345
9.2.	Princípio da audiência contraditória.....	345
9.3.	Princípio da comunhão ou da aquisição.....	345
9.4.	Princípio da oralidade.....	346
9.5.	Princípio da concentração.....	346
9.6.	Princípio da imediatidade	346
9.7.	Princípio da identidade física do juiz.....	346
9.8.	Princípio da publicidade	347
10.	PROVA EMPRESTADA	347
11.	PROCEDIMENTO PROBATÓRIO.....	348
12.	PROVAS EM ESPÉCIE.....	348
12.1.	Do exame de corpo de delito e das perícias em geral.....	348
12.1.1.	Peritos e perícias	348
12.1.2.	Exame de corpo de delito e outras perícias	350
12.1.3.	Assistente técnico.....	356
12.2.	Do interrogatório do acusado.....	357
12.2.1.	Conceito e natureza jurídica	357
12.2.2.	Modalidades.....	358
12.2.3.	Procedimento	360
12.3.	Da confissão.....	362
12.3.1.	Conceito, natureza jurídica e valor probatório.....	362

12.3.2.	Classificação.....	363
12.3.3.	Características.....	364
12.3.4.	Delação premiada.....	364
12.3.4.1.	Acordo de colaboração premiada e delegado de polícia	368
12.4.	Do ofendido.....	371
12.5.	Das testemunhas	371
12.5.1.	Classificação.....	372
12.5.2.	Características.....	373
12.5.3.	Número de testemunhas	373
12.5.4.	Quem pode ser testemunha?	374
12.5.5.	Procedimento.....	375
12.5.6.	Lei de Proteção às Testemunhas.....	378
12.6.	Do reconhecimento de pessoas ou coisas.....	379
12.7.	Da acareação.....	380
12.8.	Dos documentos	381
12.9.	Dos indícios.....	382
12.10.	Da busca e apreensão	383
12.10.1.	Conceito	383
12.10.2.	Natureza jurídica	384
12.10.3.	Momentos para a sua realização.....	385
12.10.4.	Hipóteses de cabimento e fundamento constitucional....	385
12.10.4.1.	Conceito de dia	387
12.10.4.2.	Conceito de domicílio	387
12.10.4.3.	Escritório de advocacia.....	388
12.10.5.	Competência para decretação da medida.....	388
12.10.6.	Finalidade da busca e apreensão	390
12.10.7.	A enumeração do art. 240, § 1º do CPP é taxativa?.....	391
12.10.8.	Formalidades para a realização de busca domiciliar	392
12.10.9.	Peculiaridades do mandado judicial	393
12.10.10.	Busca pessoal	393
12.10.11.	Garantia constitucional do sigilo da correspondência e a busca e apreensão de carta encontrada em domicílio ..	394
12.11.	O cumprimento do mandado de busca e apreensão promovido pela Polícia Militar	396
12.12.	Mandado genérico.....	396
13.	QUESTÕES	397
10.	SUJEITOS DO PROCESSO.....	413
1.	INTRODUÇÃO	413

2. JUIZ	414
3. MINISTÉRIO PÚBLICO	415
4. DO ACUSADO	416
5. DEFENSOR.....	419
6. ASSISTENTES	421
7. ÓRGÃOS AUXILIARES DA JUSTIÇA.....	424
8. PERITOS.....	424
9. INTÉRPRETES	425
10. QUESTÕES	425
11. DA PRISÃO, DAS MEDIDAS CAUTELARES E DA LIBERDADE PROVISÓRIA	427
1. INTRODUÇÃO.....	427
2. PRISÃO	428
2.1. Conceito de prisão	428
2.2. Formalidades	429
2.3. Espécies de prisão.....	431
2.4. Separação dos presos provisórios	433
2.5. Prisão de estrangeiro e notificação consular	434
3. PRISÃO EM FLAGRANTE	434
3.1. Conceito	434
3.2. Natureza jurídica	435
3.3. Fases	436
3.4. Sujeitos.....	436
3.4.1. Autoridade competente	439
3.4.2. Condutor.....	440
3.4.3. Testemunhas	441
3.4.3.1. E a ausência de testemunhas?.....	441
3.4.3.2. Recusa do preso em assinar o auto.....	441
3.4.4. Vítima.....	442
3.4.5. Conduzido.....	442
3.4.5.1. Lavratura do auto sem a oitiva do conduzido	443
3.5. Espécies	444
3.5.1. Flagrante facultativo	444
3.5.2. Flagrante obrigatório.....	444
3.5.3. Flagrante próprio	446
3.5.4. Flagrante impróprio	446
3.5.5. Flagrante presumido.....	447
3.5.6. Flagrante preparado	448
3.5.7. Flagrante forjado	449

3.5.8.	Flagrante esperado.....	449
3.5.9.	Flagrante diferido.....	450
3.5.10.	Flagrante eficiente.....	451
3.5.11.	Flagrante fracionado.....	452
3.5.12.	Flagrante por apresentação.....	452
3.6.	Flagrante nos crimes permanentes.....	453
3.7.	Flagrante nos crimes habituais.....	453
3.8.	Flagrante nos crimes de ação penal privada e pública condicionada.....	454
3.9.	Hipóteses de não cabimento da prisão em flagrante delito.....	455
3.10.	Formalidades e procedimento.....	455
3.11.	O relaxamento da prisão em flagrante promovido pela Autoridade Policial.....	459
3.12.	Arbitramento de fiança pela Autoridade Policial.....	460
3.13.	Princípio da insignificância x prisão em flagrante.....	461
3.14.	Excludente da ilicitude x prisão em flagrante.....	462
3.15.	Descumprimento de medidas protetivas de urgência.....	463
3.16.	Audiência de Custódia.....	464
3.16.1.	Funcionamento e procedimento.....	468
3.16.2.	Protocolos da Resolução 213/2015 do CNJ.....	475
4.	PRISÃO PREVENTIVA.....	492
4.1.	Conceito.....	492
4.2.	Pressupostos (requisitos) da tutela cautelar.....	493
4.2.1.	<i>Fumus comissi delicti</i>	493
4.2.2.	<i>Periculum libertatis</i>	494
4.2.2.1.	Garantia da ordem pública.....	495
4.2.2.2.	Garantia da ordem econômica.....	496
4.2.2.3.	Conveniência da instrução criminal.....	497
4.2.2.4.	Para assegurar a aplicação da lei penal.....	498
4.3.	Hipóteses de decretação.....	499
4.4.	Legitimidade para requerimento.....	503
4.5.	Fundamentação.....	504
4.6.	Revogação.....	505
4.7.	Cabimento em hipóteses excludentes de ilicitude.....	506
5.	PRISÃO TEMPORÁRIA.....	507
5.1.	Conceito.....	507
5.2.	Cabimento.....	507
5.2.1.	Quando imprescindível para as investigações do inquérito policial (inc. I).....	508
5.2.2.	Quando o indicado não tiver residência fixa ou não for-	

	necer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade (inc. II).....	508
5.2.3.	Quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado nos seguintes crimes: (inc. III).....	509
5.2.4.	Lei 13.497/2017: Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito.....	515
5.3.	Conjugação das hipóteses de cabimento da prisão temporária.....	517
5.4.	Prazos.....	519
5.4.1.	Poderá o Delegado de Polícia, durante o prazo da prisão temporária, proceder à liberação do preso sem autorização judicial?.....	519
5.5.	Decretação.....	520
5.6.	Procedimento.....	520
5.7.	Diferenças entre a prisão temporária e a prisão preventiva.....	521
6.	MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO	523
6.1.	Introdução.....	523
6.2.	Procedimento.....	523
6.3.	Espécies	524
7.	PRISÃO DOMICILIAR.....	525
8.	LIBERDADE PROVISÓRIA	526
8.1.	Conceito.....	526
8.2.	Espécies	527
8.3.	Liberdade provisória sem fiança.....	528
8.4.	Liberdade provisória com fiança.....	528
8.4.1.	Crimes inafiançáveis	529
8.4.2.	Outras vedações à concessão da fiança.....	529
8.4.3.	Quem pode conceder liberdade provisória com fiança? ..	529
8.4.4.	Critérios para concessão	530
8.4.5.	Obrigações processuais decorrentes da fiança.....	531
8.4.6.	Cassação da fiança.....	532
8.4.7.	Reforço da fiança	532
8.4.8.	Quebramento da fiança.....	532
8.4.9.	Perdimento da fiança.....	533
9.	SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DAS PENAS, DA PRISÃO CAUTELAR E DA MEDIDA DE SEGURANÇA	533
10.	QUESTÕES	533
12.	DAS CITAÇÕES E INTIMAÇÕES	549
1.	CITAÇÃO	549
1.1.	Espécies	549

1.1.1.	Pessoal.....	550
1.1.2.	Do militar	551
1.1.3.	Do funcionário público.....	552
1.1.4.	Do preso.....	552
1.1.5.	Por edital.....	552
1.1.6.	Por hora certa.....	553
1.2.	Revelia.....	554
1.3.	Suspensão do processo.....	555
2.	INTIMAÇÃO.....	556
3.	QUESTÕES	559
13.	PROCESSO E PROCEDIMENTO.....	561
1.	PROCESSO E PROCEDIMENTO	561
2.	FASES PROCEDIMENTAIS.....	561
3.	CLASSIFICAÇÃO	562
3.1.	Comum ordinário	562
3.1.1.	Rejeição da denúncia	563
3.1.2.	Resposta à acusação	564
3.1.3.	Absolvição sumária.....	565
3.1.4.	Audiência de instrução e julgamento.....	566
3.1.5.	Diligências.....	568
3.1.6.	Memoriais	568
3.1.7.	Sentença.....	569
3.1.7.1.	Conceito.....	569
3.1.7.2.	Natureza jurídica e classificação.....	570
3.1.7.3.	Estrutura e requisitos.....	571
3.1.7.4.	Emendatio e mutatio libelli.....	572
3.1.7.4.1.	<i>Emendatio libelli</i>	572
3.1.7.4.2.	<i>Mutatio libelli</i>	573
3.1.7.5.	Sentença penal absolutória.....	574
3.1.7.6.	Sentença penal condenatória	575
3.1.7.7.	Publicação e intimação.....	577
3.2.	Procedimento comum sumário.....	578
3.3.	Procedimento comum sumaríssimo	580
3.3.1.	Considerações iniciais	580
3.3.2.	Conceito de crime de menor potencial ofensivo.....	581
3.3.2.1.	A Lei 9.099/95 se aplica aos crimes de abuso de autoridade, previstos na Lei 4.898/65?	582
3.3.2.2.	Havendo concurso de crimes deve haver a soma das penas para fixação da competên-	

	cia do juizado Especial?	582
3.3.3.	Peculiaridades durante a fase policial.....	583
3.3.3.1.	E caso o autor se recuse a assinar o termo de comparecimento à audiência?	584
3.3.4.	Da competência e dos atos processuais.....	585
3.3.5.	Audiência preliminar	585
3.3.6.	Composição civil dos danos	585
3.3.7.	Transação penal.....	586
3.3.8.	Do procedimento	588
3.3.9.	Suspensão condicional do processo	589
3.3.10.	Sistema recursal.....	591
3.4.	Procedimentos especiais.....	592
3.4.1.	Crimes de responsabilidade dos funcionários públicos ..	592
3.4.2.	Crimes contra a honra	594
3.4.2.1.	Conciliação	595
3.4.2.2.	Exceção da verdade e de notoriedade.....	595
3.4.3.	Crimes contra a propriedade imaterial.....	596
3.4.3.1.	Busca e apreensão.....	596
3.4.3.2.	Destruição dos bens apreendidos	598
3.4.3.3.	Assistente de acusação.....	598
3.4.4.	Restauração de autos extraviados ou destruídos.....	598
3.4.5.	Crimes de competência originária dos Tribunais.....	600
3.4.6.	Crimes de Lavagem de Dinheiro (Lei 9.613/98)	602
3.4.7.	Crimes falimentares	606
3.4.8.	Procedimento especial do Tribunal do Júri.....	607
3.4.8.1.	Introdução e princípios constitucionais.....	607
3.4.8.2.	Procedimento bifásico.....	610
3.4.8.3.	Primeira fase (sumario de culpa, judicium accusationis).....	610
3.4.8.3.1.	Pronúncia.....	613
3.4.8.3.2.	Impronúncia	615
3.4.8.3.3.	Absolvição sumária	616
3.4.8.3.4.	Desclassificação.....	617
3.4.8.4.	Segunda Fase (judicium causae).....	617
3.4.8.4.1.	Do Alistamento dos Jurados	618
3.4.8.4.2.	Do Desaforamento	619
3.4.8.4.3.	Da Organização da Pauta.....	620
3.4.8.4.4.	Do Sorteio e da Convocação dos Jurados.....	620
3.4.8.4.5.	Da Função do Jurado.....	621
3.4.8.4.6.	Da composição do Tribunal do Jú-	

	ri e da formação do Conselho de Sentença	622
	3.4.8.4.7. Da reunião e das sessões do Tri- bunal do Júri	623
	3.4.8.4.8. Da Instrução em Plenário	625
	3.4.8.4.9. Dos Debates	626
	3.4.8.4.10. Do Questionário e sua Votação.....	628
	3.4.8.4.11. Da sentença.....	630
	3.4.8.4.12. Das Atribuições do Presidente do Tribunal do Júri	631
3.4.9.	Processo e o julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas.....	632
3.4.10.	Lei de Drogas.....	633
	3.4.10.1. Considerações iniciais	633
	3.4.10.2. Procedimentos.....	633
	3.4.10.2.1. Da Instrução Criminal.....	636
4.	QUESTÕES	637
14.	NULIDADES.....	647
1.	CONCEITOS INICIAIS	647
2.	PRINCÍPIOS	649
	2.1. Princípio do prejuízo (<i>pas de nullité sans grief</i>).....	649
	2.2. Princípio da instrumentalidade das formas	649
	2.3. Princípio da causalidade	650
	2.4. Princípio do interesse.....	650
	2.5. Princípio da convalidação.....	650
	2.6. Princípio da não preclusão.....	651
3.	HIPÓTESES DE NULIDADE.....	652
4.	QUESTÕES	656
15.	RECURSOS	659
1.	CONCEITO.....	659
2.	CARACTERÍSTICAS	659
3.	FUNDAMENTOS	660
4.	PRINCÍPIOS	660
	4.1. Princípio do duplo grau de jurisdição	660
	4.2. Princípio da taxatividade.....	661
	4.3. Princípio da fungibilidade	661
	4.4. Princípio da variabilidade	662
	4.5. Princípio da unirrecorribilidade.....	662

4.6.	Princípio da vedação da <i>reformatio in pejus</i>	662
5.	PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE	662
5.1.	Pressupostos objetivos	664
5.2.	Pressupostos subjetivos	665
6.	EFEITOS	666
7.	RECURSO DE OFÍCIO	667
8.	ESPÉCIES	668
8.1.	Recurso em sentido estrito	668
8.2.	Apelação	673
8.3.	Do processo e do julgamento dos recursos em sentido estrito e das apelações nos Tribunais.....	679
8.4.	Protesto por Novo Júri	681
8.5.	Embargos	681
8.5.1.	Embargos de declaração.....	681
8.5.2.	Embargos infringentes e de nulidade	682
8.6.	Carta testemunhável.....	683
8.7.	Recurso extraordinário e recurso especial	685
9.	QUESTÕES:	693
16.	AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO	697
1.	REVISÃO CRIMINAL	697
2.	<i>HABEAS CORPUS</i>	701
2.1.	Conceito e natureza jurídica.....	701
2.2.	Espécies	702
2.3.	Legitimidade.....	703
2.4.	Hipóteses de cabimento	704
2.5.	Competência	708
2.6.	Processamento e efeitos.....	709
3.	MANDADO DE SEGURANÇA CRIMINAL.....	712
3.1.	Conceito.....	713
3.2.	Legitimidade.....	713
3.3.	Hipóteses de cabimento	714
3.4.	Procedimento.....	714
4.	QUESTÕES	715
	BIBLIOGRAFIA	719